

**EDITAL PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSA DE INVESTIGAÇÃO**  
**referência E-MONITORING\_2023\_1**

**1. Tipo e número de bolsa(s) a atribuir:**

1 Bolsa de investigação para mestre inscrito em curso não conferente de grau ou estudante de doutoramento, referência E-MONITORING\_2023\_1.

**2. Área(s) científica(s):** Sociologia.

**3. Fonte de financiamento:** A bolsa atribuída no âmbito do presente concurso será financiada pelo projeto de I&D “E-MONITORING: Electronic monitoring in the criminal justice system: Projected futures and lived experiences”, referência 2023.00030.RESTART, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

**4. Destinatários:** A bolsa de investigação para estudantes de doutoramento destina-se a candidatos inscritos ou que satisfaçam as condições necessárias para se inscreverem no Doutoramento e a mestres inscritos ou que satisfaçam as condições necessárias para se inscreverem num curso não conferente de grau na Universidade do Minho.

**4.1 Requisito para concessão da bolsa:**

- Os candidatos poderão concorrer sem inscrição prévia no curso para o qual é aberto a bolsa. O requisito de inscrição em curso conferente ou não conferente de grau será verificado à data da contratualização da bolsa.
- Apenas serão contratualizadas as bolsas cujos os candidatos selecionados apresentem comprovativo válido de inscrição no curso conferente ou não conferente de grau, conforme tipologia de bolsa a concurso, emitido pelos serviços académicos da Instituição de Ensino Superior, respetivamente com a indicação do ano letivo em curso ou da sua duração (início e termo).

**5. Elegibilidade dos candidatos:** Os candidatos deverão reunir as condições de elegibilidade previstas no artigo 9º do Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT I.P (2019).

Nota:

Os documentos comprovativos da titularidade de graus académicos e diplomas, ou do respetivo reconhecimento quando tenham sido atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras, podem ser dispensados em fase de candidatura, sendo substituídos por declaração de honra do candidato, ocorrendo a verificação dessa condição apenas em fase de contratualização da bolsa. Esta declaração deverá atestar factos ocorridos em data anterior à candidatura. Nas situações de divergência entre a informação constante da declaração e a documentação entregue para efeitos de contratualização de bolsa, apenas será considerada a informação constante nesta última. Caso se verifique que os documentos comprovativos da titularidade do grau académico e diploma, ou do respetivo reconhecimento nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto, não correspondam às classificações atribuídas na avaliação do percurso académico e possam, conseqüentemente, alterar a seriação do candidato, não será efetivada a contratualização da bolsa.

## 6. Perfil:

Podem candidatar-se ao presente concurso:

- Cidadãos nacionais ou cidadãos de outros Estados membros da União Europeia;
- Cidadãos de Estados terceiros;
- Apátridas;
- Cidadãos beneficiários do estatuto de refugiado político.

### 6.1 Requisitos de Admissibilidade do Candidato:

- Licenciatura e Mestrado em Sociologia.

### 6.2 Requisitos de Admissibilidade da Candidatura:

É indispensável, sob pena de não admissão ao Concurso, anexar à candidatura os seguintes documentos:

- *Curriculum vitae* do candidato;
- Certificados de habilitação dos graus académicos detidos, especificando obrigatoriamente a classificação final e, se possível, as classificações obtidas em todas as disciplinas realizadas, ou, em alternativa, [declaração de honra](#) do candidato em como concluiu os graus requeridos no edital até ao final do prazo de candidatura;
- Para os graus obtidos no estrangeiro, registo de reconhecimento dos graus académicos atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras e registo da conversão da respetiva classificação final para a escala de classificação portuguesa, ou, em alternativa, [declaração de honra](#) do candidato;
- Carta de motivação.

### 6.3 Requisitos Preferenciais:

- Especialização em sociologia do crime e desigualdades sociais.
- Experiência de investigação empírica em contextos penais.
- Experiência na recolha e análise de dados qualitativos.

## 7. Plano de trabalhos e objetivos a atingir:

O(A) Bolseiro(a) desempenhará atividades no âmbito do apoio à organização e desenvolvimento técnico-científico do projeto, nomeadamente:

- Recolha e análise de dados sobre testes, desenvolvimento e implementação da vigilância eletrónica em conjunto com outras tecnologias em jurisdições europeias;
- Recolha e análise de dados sobre legislação e estatísticas da vigilância eletrónica em Portugal;
- Realização de entrevistas a indivíduos sob vigilância eletrónica em Portugal;
- Gestão de redes sociais e do conteúdo do website;
- Gestão de bases de dados bibliográficas;
- Apoio na organização de eventos;
- Escrita de publicações científicas.

**8. Legislação e regulamentação aplicável:** Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI), aprovado pela Lei n.º 40/2004 de 18 de agosto, na redação atual publicada pelo Decreto-Lei n.º 123/2019

de 28 de agosto; Regulamento de Bolsas de Investigação da Universidade do Minho, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 119, despacho n.º 6524/2020 de 22-06-2020, retificado através de declaração de retificação n.º 447/2021 de 22-06-2021 e Regulamento de Bolsas de Investigação, n.º 950/2019 de 16-12-2019, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. - em vigor.

**9. Entidade contratante:** Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

**9.1 Unidade de acolhimento dos trabalhos de investigação e Orientação científica:** O trabalho será desenvolvido no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, em formato híbrido, virtualmente e no Campus de Gualtar, sob a orientação científica da Doutora Rafaela Patrícia Gonçalves Granja.

**10. Duração da(s) bolsa(s):** A bolsa terá a duração de 12 meses e poderá, eventualmente, ser renovada até ao limite legal aplicável (perfil de estudante de doutoramento) ou duração máxima de 12 meses (perfil de mestre inscrito em curso não conferente de grau).

Nota: Os candidatos admitidos nos concursos devem reunir as condições que lhes possibilitem, ao abrigo dos Regulamentos de Bolsas de Investigação aplicáveis, cumprir a duração legal máxima para o tipo de bolsa estipulado no aviso de abertura do concurso, considerando as bolsas de que eventualmente beneficiaram anteriormente, em período seguido ou interpolado.

**10.1 Valor do subsídio de manutenção mensal:** O montante do SMM corresponde a 1199,64€/mês, conforme tabela de valores das bolsas da FCT, I.P. no País (Anexo I – Tabela de subsídios mensais de manutenção do Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT I.P e Anexo II do Regulamento de Bolsas de Investigação da Universidade do Minho, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 119, despacho n.º 6524/2020 de 22-06-2020, retificado através de declaração de retificação n.º 447/2021 de 22-06-2021), conforme regulamento aplicável.

O pagamento é efetuado até ao dia 23 de cada mês, através de transferência para o IBAN/NIB do(a) bolseiro(a) indicado no processo de contratualização.

**10.2 Outros benefícios:** Reembolso do Seguro Social Voluntário, correspondente ao 1º Escalão da base de incidência contributiva (para bolsas com duração igual ou superior a 6 meses) e Seguro de Acidentes Pessoais.

**10.3 Regime de exclusividade:** O desempenho de funções a título de bolseiro é exercido em regime de exclusividade, nos termos previstos no artigo 5.º do Estatuto do Bolseiro de Investigação e regulamentos de bolsas de investigação aplicáveis.

**11. Prazo de candidatura e forma de apresentação das candidaturas:** O concurso encontra-se aberto durante 10 dias úteis, contados imediatamente a seguir à data da publicação do edital no Portal Euraxess.

As candidaturas devem ser formalizadas, obrigatoriamente, através do envio de email acompanhado dos seguintes documentos:

- a) *Curriculum vitae* detalhado;
- b) Certificado de habilitações ou [declaração de honra](#) do candidato;
- c) Para os graus obtidos no estrangeiro, registo de reconhecimento dos graus académicos atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras e registo da conversão da respetiva classificação final para a escala de classificação portuguesa, ou, em alternativa, [declaração de honra](#) do candidato.
- d) Carta de motivação.

As candidaturas deverão ser remetidas por correio eletrónico para **cecs\_candidaturas@ics.uminho.pt**, indicando a referência do concurso em Assunto. Não serão admitidas candidaturas enviadas por outras vias ou extemporâneas.

## **12. Critérios e procedimentos de avaliação e seleção:**

A avaliação será efetuada com base no Mérito do Candidato (MC), tendo em conta vários subcritérios. Os subcritérios de avaliação a utilizar serão os seguintes:

- a. Formação (0 a 50 pontos);
- b. Currículo académico e profissional (0 a 30 pontos);
- c. Carta de motivação (0 a 20 pontos).

A classificação do **Mérito do Candidato (MC)** será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$MC = a + b + c$$

Caso ocorra um empate nos candidatos com nota superior, estes poderão ser sujeitos a entrevista, em que o Júri avaliará os seguintes subcritérios:

Entrevista – ENT:

- a. Competências interpessoais (0 a 20 pontos)
- b. Conhecimentos demonstrados na área a concurso (0 a 50 pontos)
- c. Motivação (0 a 20 pontos)
- d. Competências linguísticas (0 a 10 pontos)

A classificação da **Entrevista (ENT)** será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ENT = a + b + c + d$$

Em caso de realização da entrevista, a **classificação final (CF)** do Mérito do Candidato (MC) e Entrevista (ENT) será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (MC*0,7) + (ENT*0,3)$$

Não se realizando a entrevista, a **classificação final (CF)** será correspondente a 100% da avaliação obtida no Mérito do Candidato (MC).

O júri poderá não atribuir a bolsa se a qualidade dos candidatos for inferior à pretendida.

## **13. Composição do Júri de Seleção**

### **Presidente**

Rafaela Patrícia Gonçalves Granja, Investigadora Auxiliar, CECS, Universidade do Minho

### **Vogais efetivos**

Isabel Moreira Macedo, Investigadora Auxiliar, CECS, Universidade do Minho

Ana Filipa Gamboa Queirós Antunes, Investigadora Júnior, CES, Universidade de Coimbra

### **Vogais suplentes**

Sara Margarida da Silva Matos, Técnica Superior (Doutorada), Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

Joana Margarida Pimentel Mateus Alves, Técnica Superior (Doutorada), Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

Em caso de impedimento do Presidente do Júri, este far-se-á substituir pelo primeiro vogal efetivo, sendo nomeado o vogal suplente para substituição do vogal efetivo.

**14. Divulgação dos resultados:** O projeto de resultados da avaliação, fundamentado em ata, será remetido aos candidatos através de correio eletrónico, nos termos do artigo 12.º do RBI da FCT, anexando-se, para o efeito, as atas com as deliberações do júri, até 90 dias úteis após a data limite de submissão de candidaturas. A notificação será enviada para o endereço de email usado/indicado pelos candidatos no ato de submissão da candidatura, com relatório de entrega da mensagem.

O candidato selecionado deverá manifestar por escrito a intenção de aceitação da bolsa. Em caso de não aceitação, a bolsa será atribuída ao candidato por ordem de seriação final.

### **15. Procedimentos de reclamação e recurso:**

Caso o resultado seja desfavorável à concessão da bolsa requerida, os candidatos têm um prazo de 10 dias úteis para se pronunciarem, querendo, em sede de audiência prévia aos interessados, nos termos do artigo 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo (DL nº 4/2015 de 7 de janeiro).

Da decisão final pode ser interposta reclamação, no prazo de 15 dias úteis, dirigida ao Presidente do Júri. Os interessados poderão ainda apresentar recurso hierárquico facultativo, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do RBIC da UMinho.

### **16. Documentos obrigatórios para contratualização:**

A concessão da bolsa concretiza-se mediante a assinatura de um contrato entre a Universidade do Minho e o bolseiro, de acordo com minuta de contrato (anexo IV do Regulamento de Bolsas de Investigação Científica da Universidade do Minho – despacho nº 6524/2020 de 22-06-2020, retificado através de declaração de retificação nº 447/2021 de 22-06-2021) na sua versão atualizada de acordo com o ponto 2.4 das [“Normas para Atribuição e Gestão de Bolsas no âmbito de Projetos de I&D, incluindo projetos de infraestruturas, do programa de financiamento plurianual d unidades de I&D e de outros instrumentos de financiamento da FCT \(Versão 2021\)”](#).

O contrato só pode ser celebrado após a receção de toda a documentação exigível consoante o tipo de bolsa, que deverá ocorrer no prazo máximo de 6 meses.

Depois de recebida toda a documentação, a entidade contratante tem um prazo de 60 dias úteis para celebrar o contrato de bolsa. Uma vez recebido pelo bolseiro, este deve devolver o contrato devidamente assinado no prazo de 15 dias úteis.

Os contratos de bolsa apenas podem ter início após devida autorização da entidade contratante.

**16.1 Termo e cancelamento dos contratos de bolsas:** Sem prejuízo das demais causas previstas nos regulamentos de bolsas aplicáveis (FCT e UMinho) e no Estatuto do Bolseiro de Investigação, a bolsa cessa com a conclusão do plano de trabalhos contratualizado, bem como com o termo do prazo pelo qual foi concedida ou renovada.

No termo da bolsa, o bolseiro tem obrigação de apresentar o Relatório Final dos trabalhos realizados, de acordo com os objetivos e critérios de avaliação definidos com o orientador científico, no prazo de 30 dias após o termo da bolsa.

O relatório final deverá ser elaborado de acordo com o anexo I do Regulamento de Bolsas de Investigação Científica da Universidade do Minho – despacho n.º 6524/2020 de 22-06-2020, retificado através de declaração de retificação n.º 447/2021 de 22-06-2021

Modelo de contrato e modelo de relatório final ([link](#)).

**17. Lista de reserva/suplentes:** Os candidatos seriados nas posições seguintes da lista de ordenação final do concurso são integrados em lista de reserva de seleção, que poderá ser utilizada até 5 meses após a conclusão do concurso.